

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Entre a fiscalização e a representação: entendendo os conselhos profissionais

Saber diferenciar as atribuições de conselhos de fiscalização profissional, sindicatos e associações garante ao profissional o poder de reivindicar seus direitos junto ao órgão correto e formular suas queixas a quem detém a capacidade de intervir, intermediar e resolver os problemas apresentados.

Os conselhos de fiscalização profissional são autarquias integrantes da administração pública indireta que têm a competência fiscalizatória do campo de atuação profissional. A fiscalização exercida por essas entidades decorre do poder de polícia estatal destinado à proteção da coletividade contra o exercício ilegal ou antiético de atividades regulamentadas.

Apenas as atividades regulamentadas por lei e submetidas à fiscalização estatal específica possuem conselho profissional. Nesse caso, estar registrado junto ao conselho profissional não é uma opção do trabalhador, mas, sim, um dever e uma segurança para si e para a sociedade.

Já os sindicatos são entidades de associação voluntária criadas para representar e defender os interesses de trabalhadores ou empregadores de uma determinada categoria. Eles atuam para negociar as melhores condições de trabalho, salários e benefícios junto aos empregadores ou aos governos.

Torna-se evidente, portanto, a distinção entre conselhos e sindicatos. O papel dos conselhos é assegurar o exercício ético e técnico em benefício da sociedade, ao passo que os sindicatos focam nas garantias laborais.

As associações, por sua vez, são organizações de adesão voluntária destinadas ao aprimoramento científico, técnico ou social de seus membros. Ao contrário dos sindicatos, elas não detêm a prerrogativa constitucional de representação e negociação trabalhista, mas atuam como importantes polos de fomento ao conhecimento.

Diante dessas distinções, compreende-se que essas entidades atuam de forma harmônica e complementar. Sob essa ótica, reconhecer o papel de cada instituição é indispensável para valorizar o exercício ético e legal das profissões regulamentadas.

Internet: <migalhas.com.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

1 Os trechos “Saber diferenciar as atribuições de conselhos de fiscalização profissional, sindicatos e associações” e “reconhecer o papel de cada instituição” desempenham a mesma função sintática nos períodos em que ocorrem.

- 2 Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto caso o período “Já os sindicatos são entidades de associação voluntária criadas para representar e defender os interesses de trabalhadores ou empregadores de uma determinada categoria.” seja reescrito da seguinte forma: **Por outro lado, os sindicatos constituem-se como entidades de associação voluntária concebidas com o fito de representar e defender os interesses de trabalhadores ou empregadores de uma categoria específica.**
- 3 No fragmento “mas atuam como importantes polos de fomento ao conhecimento.”, o substantivo “fomento” é empregado com o sentido de desenvolvimento ou estímulo, de modo que a sua substituição por **incentivo** preservaria a correção gramatical e o sentido original do texto.
- 4 O texto estrutura-se predominantemente sob a tipologia injuntiva, visto que o seu principal objetivo é instruir, orientar e prescrever o comportamento burocrático e operacional que o profissional de uma atividade regulamentada deve adotar em relação às autarquias e aos sindicatos.
- 5 No texto, se o prefixo da palavra “antiético” fosse substituído por **contra**, o novo vocábulo deveria ser grafado com hífen, ficando **contra-ético**, de modo a atender às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
- 6 Em “Diante dessas distinções, compreende-se que essas entidades atuam de forma harmônica e complementar.”, mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto caso o segmento “atuam de forma harmônica e complementar” seja substituído por **atuam harmônica e complementarmente**.
- 7 No fragmento “formular suas queixas a quem detém”, o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” é de caráter facultativo, uma vez que a preposição é exigida pelo termo regente “queixas” e o pronome “quem” é acompanhado do artigo definido implícito “a”.
- 8 No trecho “O papel dos conselhos é assegurar o exercício ético e técnico em benefício da sociedade, ao passo que os sindicatos focam nas garantias laborais.”, a substituição da locução “ao passo que” por **na medida em que** preservaria a correção gramatical e o sentido original do texto.

Texto para os itens de 9 a 16.**Inteligência artificial ajuda a entender e combater o comportamento sedentário**

Quando um novo ano começa, muita gente coloca, entre suas resoluções, vencer o sedentarismo. Esse problema está relacionado, sobretudo, ao excesso de tempo em comportamentos de baixo gasto energético. Uma pessoa pode, por exemplo, passar de oito a dez horas sentada no trabalho e ainda frequentar a academia regularmente. Nesse caso, ela é fisicamente ativa, mas apresenta um alto nível de comportamento sedentário.

Pesquisadores do Laboratório de Inteligência Artificial da Unicamp investigam aplicações de IA para saúde e bem-estar, incluindo a detecção do comportamento sedentário por meio de dispositivos vestíveis, como *smartwatches* e anéis inteligentes. O objetivo é emitir alertas preventivos antes que ocorram problemas críticos de saúde.

Embora sensores estimem os níveis de atividade física, o grande desafio é identificar com precisão o comportamento sedentário no cotidiano, já que pequenos gestos repetitivos das mãos podem confundir os aparelhos. Para solucionar esse problema, pesquisadores desenvolveram a rede neural XNet, um modelo que analisa não apenas o movimento bruto, mas também a repetição e a frequência desses gestos.

A detecção automática do comportamento sedentário abre caminho para intervenções personalizadas, como alertas para pausas ativas e metas diárias adaptadas à rotina de cada pessoa. Mais do que estimular a prática de exercícios, essas estratégias valorizam pequenas mudanças no cotidiano, reduzindo o tempo contínuo que o indivíduo passa sentado.

Do ponto de vista fisiológico, o comportamento sedentário é definido por atividades com gasto energético muito baixo, geralmente abaixo de 1,5 MET (múltiplo equivalente metabólico). A quantificação em METs permite classificar as atividades do dia a dia, enquadrando o ato de permanecer sentado ou deitado por longos períodos no nível mais baixo dessa escala.

Em uma rotina de escritório, o ideal é levantar-se a cada hora, por cerca de três minutos, para caminhar um pouco. Assim, os sistemas de monitoramento funcionam como aliados para que o usuário estabeleça metas, permitindo que ele faça escolhas mais saudáveis a partir do próprio histórico de dados.

Internet: <jornal.unicamp.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “A detecção automática do comportamento sedentário abre caminho para intervenções personalizadas,”, a substituição da expressão “abre caminho para” pela forma verbal **viabiliza** preservaria a correção gramatical e o sentido original do período, modificando o caráter conotativo da construção original para um caráter estritamente denotativo.
- 10 Com base no trecho “Uma pessoa pode, por exemplo, passar de oito a dez horas sentada no trabalho e ainda frequentar a academia regularmente. Nesse caso, ela é fisicamente ativa, mas apresenta um alto nível de comportamento sedentário,”, infere-se que os conceitos de “comportamento sedentário” e de “inatividade física” são tratados no texto como termos sinônimos, visto que ambos descrevem a ausência total de práticas corporais sistematizadas.

- 11 No trecho “Para solucionar esse problema, pesquisadores desenvolveram a rede neural XNet,”, a vírgula após “Para solucionar esse problema” é obrigatória, pois separa uma oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo da sua oração principal.
- 12 No período “Em uma rotina de escritório, o ideal é levantar-se a cada hora, por cerca de três minutos, para caminhar um pouco,”, o emprego das vírgulas visa isolar adjuntos adverbiais. A primeira vírgula justifica-se por isolar um adjunto adverbial deslocado na oração, ao passo que as vírgulas subsequentes objetivam separar adjuntos adverbiais que aparecem em sequência na estrutura do período.
- 13 Em “Assim, os sistemas de monitoramento funcionam como aliados para que o usuário estabeleça metas,”, a locução conjuntiva “para que” introduz uma oração de valor final, cujo verbo necessita estar flexionado no modo subjuntivo. Caso a locução fosse substituída pela preposição **para**, mantendo-se o sentido de finalidade, a forma verbal “estabeleça” deveria ser, obrigatoriamente, transposta para a sua forma nominal de infinitivo (estabelecer).
- 14 No fragmento “já que pequenos gestos repetitivos das mãos podem confundir os aparelhos,”, a locução “já que” introduz uma ideia de causa e pode ser substituída por **porquanto**, preservando-se a correção gramatical e as relações de sentido originais do período.
- 15 No trecho “Do ponto de vista fisiológico, o comportamento sedentário é definido por atividades com gasto energético muito baixo,”, o segmento “por atividades com gasto energético muito baixo” completa o termo antecedente e é introduzido por uma preposição, desempenhando a função de complemento nominal da forma nominal “definido”.
- 16 No período “Mais do que estimular a prática de exercícios, essas estratégias valorizam pequenas mudanças no cotidiano, reduzindo o tempo contínuo que o indivíduo passa sentado,”, a expressão “Mais do que” estabelece uma relação adversativa entre as ideias do período, transmitindo uma noção de oposição ou compensação em relação à prática de exercícios físicos.

Durante um treinamento de natação, Gael praticará os estilos *crawl*, costas, peito e borboleta. Para isso, realizará 4 tiros de ida e volta em uma piscina, escolhendo, em cada percurso de ida ou de volta, um desses quatro estilos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 Se Gael mantiver, em cada tiro, o mesmo estilo na ida e na volta e destinar um tiro a cada um dos quatro estilos, o treinamento poderá ser organizado de 16 maneiras distintas.
- 18 Caso Gael utilize cada 1 dos 4 estilos exatamente 1 vez nas idas e também 1 vez nas voltas, sem repetir, em nenhum tiro, o estilo empregado na ida, haverá exatamente 9 sequências possíveis para as voltas.
- 19 Ao utilizar 1 dos 4 estilos em apenas 1 dos 8 percursos, Gael necessariamente empregará, pelo menos, 1 dos outros 3 estilos em 3 ou mais percursos.
- 20 A utilização de cada 1 dos 4 estilos exatamente 2 vezes ao longo dos 8 percursos permitirá organizar o treinamento em 5.040 sequências distintas.

Em determinado período, foram observadas 200 formigas operárias de um formigueiro. Dessas formigas, 120 atuaram na coleta de alimentos, 90 cuidaram das larvas e 70 participaram da defesa do formigueiro. Além disso, 50 atuaram na coleta de alimentos e no cuidado das larvas, 40 atuaram na coleta de alimentos e na defesa do formigueiro, 30 cuidaram das larvas e participaram da defesa, e 20 desempenharam as 3 funções.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 21 Ao todo, 180 formigas desempenharam, pelo menos, uma das 3 funções mencionadas.
- 22 Exatamente 60 formigas atuaram somente na coleta de alimentos.
- 23 Entre as formigas observadas, 60 desempenharam, pelo menos, 2 das 3 funções.
- 24 10% das formigas observadas não desempenharam nenhuma das 3 funções mencionadas.

Durante 10 dias consecutivos, Laura registrou a quantidade de sapinhos avistados em uma lagoa. Os registros formaram uma progressão aritmética. No 2º dia, Laura avistou 17 sapinhos e, no 10º dia, 33 sapinhos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25 No 6º dia, Laura avistou 24 sapinhos.
- 26 A média da quantidade de sapinhos avistados nos 10 dias foi igual a 24.
- 27 A mediana da quantidade de sapinhos avistados foi igual a 24.
- 28 A moda da quantidade de sapinhos avistados foi igual a 25.



ANOTAÇÕES

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destras; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos sistemas operacionais Windows, dos sistemas móveis e do gerenciamento de arquivos, julgue os itens a seguir.

- 29 No Windows 10 e no Windows 11, a exclusão de um arquivo por meio da tecla **Del** faz com que, em condições normais, ele seja enviado para a Lixeira, de onde poderá ser restaurado caso ainda não tenha sido removido definitivamente.
- 30 A criação de duas pastas com o mesmo nome em um mesmo diretório é permitida no Windows, desde que seus conteúdos sejam diferentes.
- 31 Android e iOS permitem a instalação de aplicativos distribuídos por suas respectivas lojas oficiais, embora também existam diferenças quanto às políticas de instalação e distribuição de aplicativos entre os dois sistemas.
- 32 Renomear um arquivo no Windows altera, automaticamente, a sua data de criação, uma vez que o sistema operacional recria o arquivo com o novo nome.

A respeito dos conceitos fundamentais de informática e dos aplicativos de escritório, julgue os itens seguintes.

- 33 Um scanner é classificado como dispositivo de entrada porque a sua função consiste em converter documentos físicos em informações que possam ser processadas pelo computador.
- 34 Todo software depende diretamente do hardware para ser executado, porém um mesmo hardware pode executar diferentes softwares compatíveis com seu sistema operacional.
- 35 No Microsoft Word, a utilização do recurso Localizar permite pesquisar palavras ou expressões dentro do documento sem que o seu conteúdo seja automaticamente alterado.
- 36 No Microsoft Excel, uma fórmula sempre deve iniciar-se pelo sinal de igualdade (=), indicando ao programa que o conteúdo deverá ser interpretado como uma expressão a ser calculada.

Acerca das redes de computadores, da Internet, da intranet e da utilização de navegadores web, julgue os itens a seguir.

- 37 Uma intranet utiliza tecnologias e protocolos empregados na Internet, porém o seu acesso normalmente é restrito aos usuários autorizados de uma organização.
- 38 Toda rede de computadores é necessariamente conectada à Internet, pois a comunicação entre dispositivos depende da infraestrutura da rede mundial.
- 39 A utilização de um serviço de webmail exige, obrigatoriamente, a instalação de um programa cliente de e-mail no computador do usuário.
- 40 Os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge permitem que o usuário mantenha diversas páginas abertas simultaneamente por meio de abas.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da ética no setor público e dos princípios fundamentais da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 41 A comissão de ética de que trata o Decreto nº 1.171/1994, instituída em cada órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e da indireta, é integrada por sete membros titulares e três suplentes, escolhidos entre servidores ou empregados do quadro permanente, para mandatos não coincidentes de três anos, permitida uma única recondução.
- 42 Suponha-se que um servidor de uma autarquia federal, durante o atendimento ao público, tenha prestado corretamente a informação solicitada, mas tenha tratado o cidadão com ironia e descortesia. Nessa situação, a correção técnica da informação prestada não afasta a violação dos deveres éticos inerentes à função pública.
- 43 Nos procedimentos de apuração conduzidos pelas comissões de ética integrantes do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, os autos devem permanecer com a chancela de reservado até a conclusão, e a identidade do denunciante deverá ser mantida sob reserva se ele assim o desejar.
- 44 No âmbito do princípio da segurança jurídica que rege a atuação administrativa, o ato jurídico perfeito corresponde ao direito já incorporado ao patrimônio do administrado, por ter preenchidos os requisitos de sua aquisição, distinguindo-se do direito adquirido, consistente no ato já consumado segundo a norma vigente ao tempo de sua prática.
- 45 Suponha-se que a Administração Pública tenha revogado um ato próprio por considerá-lo inconveniente e que, posteriormente, um interessado tenha provocado o Poder Judiciário para examinar a legalidade dessa revogação. Nesse caso, é correto afirmar que tanto o controle administrativo quanto o judicial estão compreendidos no princípio da sindicabilidade.

Com base na Lei nº 8.429/1992, julgue os itens seguintes, acerca dos atos de improbidade administrativa.

- 46 A legitimidade para propor ação por ato de improbidade administrativa é exclusiva do Ministério Público, não se reconhecendo legitimidade concorrente às pessoas jurídicas interessadas.
- 47 Constatada, no âmbito de processo administrativo disciplinar, conduta que configure, simultaneamente, infração funcional estatutária e ato de improbidade administrativa, a autoridade competente poderá aplicar diretamente, com fundamento em seu poder disciplinar, tanto a penalidade estatutária cabível quanto as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992.
- 48 A Lei nº 8.429/1992 limita o ressarcimento dos prejuízos à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos apenas quanto à entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra, não estendendo essa limitação à entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício.
- 49 Suponha-se que o herdeiro de um agente público responsável por dano ao erário tenha recebido herança de valor inferior ao prejuízo causado. Nesse caso, é correto afirmar que o herdeiro responderá pela reparação integral do dano, ainda que o valor devido ultrapasse o patrimônio herdado.
- 50 Embora a regra seja a prévia oitiva do réu, no prazo de cinco dias, a indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem essa oitiva quando o contraditório prévio puder, comprovadamente, frustrar a efetividade da medida ou quando houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar.

Acerca do processo administrativo federal, julgue os itens a seguir, em consonância com a Lei nº 9.784/1999.

- 51 Suponha-se que, em um processo administrativo federal, a autoridade tenha recusado manifestação apresentada pessoalmente pelo interessado, sob o fundamento de que a assistência por advogado é obrigatória em todo processo administrativo. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta da autoridade está de acordo com a referida Lei.
- 52 Suponha-se que um ato normativo aplicável a um processo administrativo federal imponha ao administrado dever não reproduzido entre aqueles enumerados na Lei nº 9.784/1999. Nesse caso, é correto afirmar que a ausência desse dever no rol da referida Lei não dispensa o administrado de observá-lo.
- 53 Tratando-se de ato administrativo que produza efeitos favoráveis de natureza patrimonial contínua ao destinatário, sem comprovada má-fé, o prazo decadencial de cinco anos para a Administração anulá-lo conta-se da data de sua prática, e não da percepção do primeiro pagamento.
- 54 Suponha-se que, em um processo administrativo federal, o interessado tenha apresentado alegações e documentos relevantes após o encerramento da instrução, mas antes da decisão. Nesse caso, é correto afirmar que a autoridade poderá desconsiderá-los em razão do momento em que foram apresentados.
- 55 Suponha-se que, por razões técnicas, o titular de um órgão tenha delegado a outro órgão federal, sem subordinação hierárquica, parte de competência não exclusiva para analisar e decidir requerimentos administrativos. O ato foi publicado e definiu a matéria, os limites, a duração, os objetivos e o recurso cabível. Nesse caso, é correto afirmar que a delegação é válida.

À luz da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 –, e dos decretos que a regulamentam, julgue os itens seguintes, no que diz respeito à transparência pública e ao acesso à informação.

- 56 Suponha-se que uma universidade pública tenha solicitado acesso a informações pessoais para realizar uma pesquisa científica prevista em lei e de evidente interesse público, assegurada a não identificação dos titulares. Nesse caso, é correto afirmar que o fornecimento das informações depende do consentimento expresso das pessoas a que elas se referem.
- 57 As informações capazes de colocar em risco a segurança do presidente da República, do vice-presidente e de seus respectivos cônjuges e filhos são classificadas no grau reservado, mas permanecem sujeitas ao prazo máximo geral de cinco anos, inclusive na hipótese de reeleição.
- 58 Ainda que o órgão público possa cobrar do requerente o custo da reprodução de documentos solicitados com base na Lei de Acesso à Informação, essa cobrança não poderá ser exigida daquele cuja situação econômica não lhe permita arcar com tal custo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, mediante declaração nos termos da legislação aplicável.
- 59 O órgão ou a entidade pública deverá atender a qualquer pedido de acesso à informação que preencha os requisitos formais de identificação do requerente, ainda que a solicitação seja genérica, desproporcional ou exija a produção de trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação de dados não disponíveis.

- 60** É vedado aos órgãos e às entidades públicas exigir que o requerente justifique os motivos do pedido de acesso à informação, sendo suficiente a identificação do requerente e a especificação clara da informação pretendida.
- 61** O acesso a documento preparatório utilizado como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo é assegurado a partir da edição do respectivo ato ou decisão, não sendo garantido, portanto, o acesso a esse tipo de documento enquanto o processo decisório ainda estiver em curso.
- 62** Compete ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) apenas o recebimento e o registro dos pedidos de acesso à informação, cabendo exclusivamente à unidade responsável pela informação, e não ao SIC, promover o fornecimento imediato de informação já disponível.
- 63** O prazo máximo de sigilo aplicável às informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado pode chegar a até 50 anos, na hipótese de prorrogação da classificação ultrassecreta. Já o prazo de restrição de acesso a informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem pode se estender por até 100 anos, contados da data de produção da informação.

Com base na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), julgue os itens a seguir.

- 64** Dado pessoal coletado no exterior por empresa estrangeira está sempre fora do alcance da LGPD, independentemente de vir a ser compartilhado com agentes de tratamento brasileiros ou transferido para outro país, desde que o país de origem do dado ofereça grau de proteção adequado ao previsto na legislação brasileira.
- 65** Nas hipóteses excepcionais de tratamento de dados pessoais para fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou investigação e repressão de infrações penais, o tratamento da totalidade dos dados por essa entidade privada somente é admitido quando esta possuir capital integralmente constituído pelo Poder Público.
- 66** Suponha-se que um controlador tenha identificado um incidente de segurança envolvendo dados pessoais e concluído que a ocorrência poderia acarretar risco ou dano relevante aos titulares. Nesse caso, é correto afirmar que o controlador deverá comunicar o incidente tanto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados quanto aos titulares afetados.
- 67** O operador que descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados pessoais ou deixar de seguir as instruções lícitas do controlador equipara-se a esse para fins de responsabilização solidária pelos danos causados pelo tratamento, ressalvadas as hipóteses de exclusão de responsabilidade previstas na LGPD.

- 68** Para que o juiz inverta o ônus da prova em favor do titular dos dados pessoais em ação de reparação de danos decorrente de tratamento irregular, é necessário que estejam cumulativamente presentes a verossimilhança da alegação, a hipossuficiência do titular e a excessiva onerosidade da produção da prova para ele.
- 69** As sanções de suspensão parcial do funcionamento do banco de dados, a suspensão do exercício da atividade de tratamento e a proibição parcial ou total das atividades relacionadas ao tratamento de dados poderão ser aplicadas pela ANPD como sanção inicial e isolada, independentemente da aplicação prévia de qualquer outra penalidade ao mesmo caso concreto.
- 70** A exclusividade da ANPD para aplicar sanções administrativas por infração à LGPD é incompatível com a articulação de sua atuação junto a outros órgãos e entidades dotados de competências sancionatórias e normativas afetas à proteção de dados pessoais, já que a exclusividade pressupõe atuação isolada, sem qualquer interação institucional.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O regime jurídico administrativo tem grande valor metodológico porque explica cada um dos institutos do direito administrativo e permite a compreensão da respectiva disciplina. Segundo Marinela (2018), consiste em valioso material para conduzir a vida na Administração Pública e orientar os aplicadores do direito. Com base nesse excerto, julgue os itens a seguir.

- 71** O princípio da indisponibilidade do interesse público fundamenta a desapropriação, a servidão, o tombamento e a requisição administrativa.
- 72** O ato administrativo discricionário não se sujeita a controle judicial.
- 73** A convalidação de atos administrativos é admitida em relação a vícios sanáveis, como os de competência e de forma.
- 74** Viola a Constituição Federal a nomeação, por governador, de seu irmão para o exercício do cargo em comissão de chefia em órgão da Administração Direta do mesmo estado-membro.

A respeito da prestação de serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- 75** A concessão de serviço público é a delegação de sua prestação mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- 76** A concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços públicos que envolve adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- 77** A concessionária responsável pela execução de serviço concedido deve responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou mesmo a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pela Administração Pública.

Acerca do regime jurídico das entidades de fiscalização do exercício profissional e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

- 78** Essas entidades possuem natureza autárquica, submetendo-se a regime jurídico híbrido, mediante desconcentração administrativa.
- 79** As referidas entidades são autarquias sob regime especial, dotadas de maior autonomia administrativa, em regime jurídico equiparado ao das agências reguladoras.
- 80** Os conselhos de fiscalização profissional submetem-se à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.
- 81** Os conselhos de fiscalização profissional estão obrigados a admitir o seu pessoal mediante regime estatutário federal e prévia aprovação em concurso público.

Um deputado federal, no pleno gozo de suas atribuições, apresentou, com assinatura de toda a sua bancada, composta de sete deputados federais, um projeto de emenda à Constituição Federal para endurecer as sanções por improbidade administrativa. Durante os debates no plenário da Câmara dos Deputados, foi chamado de “populista” por outros deputados e reagiu ofendendo os demais parlamentares. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados pelo quórum de 3/5 e em dois turnos de deliberação e de votação.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, acerca das regras constitucionais aplicáveis ao caso.

- 82** O projeto de emenda à constituição cumpriu as regras constitucionais para aprovação, devendo seguir ao Senado Federal.
- 83** Há vício formal e, portanto, o projeto não poderia ter ido à deliberação e à votação.
- 84** As ofensas e os xingamentos não estão abarcados pela imunidade parlamentar material.
- 85** A presunção de legalidade dos atos do Congresso Nacional impede o controle de constitucionalidade formal do projeto de emenda à Constituição antes de sua promulgação.

Em relação aos direitos políticos e às suas implicações eleitorais, julgue os itens a seguir.

- 86** Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos.
- 87** A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após sua promulgação.
- 88** Perderá o mandato o deputado ou o senador que perder ou tiver suspensos os seus direitos políticos, sendo que a perda será declarada pela mesa da Casa respectiva.

No que concerne aos remédios constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 89** Cabe mandado de segurança contra ato do presidente de conselho de fiscalização profissional.
- 90** A ação popular pode ser proposta por qualquer pessoa, física ou jurídica, para anular ato lesivo ao patrimônio público.
- 91** O mandado de injunção é cabível diante da falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais, podendo o Poder Judiciário estabelecer regra integrativa transitória.

Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 92** A lei nova, ao estabelecer disposições gerais ou especiais, a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- 93** A obrigação resultante do contrato será considerada constituída no lugar em que residir o proponente.
- 94** O agente público responderá pessoalmente por suas decisões e por opiniões técnicas somente em caso de dolo.

Quanto à responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

- 95** Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- 96** A pretensão de reparação civil, entre particulares, prescreve em três anos.
- 97** A responsabilidade objetiva do Estado afasta a possibilidade de invocação de excludentes, como a culpa exclusiva da vítima.
- 98** Aquele que, para remover perigo iminente, deteriora coisa alheia, atuando dentro dos limites do estado de necessidade, ficará desobrigado de indenizar o dono da coisa que não foi culpado pelo perigo.

De acordo com Humberto T. Júnior, o recurso pode ser caracterizado como o meio idôneo a ensejar o reexame da decisão dentro do mesmo processo em que foi proferida, antes da formação da coisa julgada. A partir dessa informação e considerando os institutos de impugnação de decisões judiciais e as regras estabelecidas no Código de Processo Civil, julgue os itens seguintes.

- 99** Cabe reclamação para garantir a autoridade das decisões do tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar.
- 100** Valer-se do recurso para agravar a situação do recorrente importa decidir *extra* ou *ultra petita*, em violação à coisa julgada.
- 101** Cabe agravo de instrumento contra as decisões proferidas pelo relator, no prazo de 15 dias úteis, para o respectivo órgão colegiado.

No que diz respeito à desconsideração da personalidade jurídica, julgue os itens a seguir.

- 102** A existência de grupo econômico autoriza *prima facie* a desconsideração da personalidade jurídica.
- 103** Instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 dias.
- 104** A inversão do ônus da prova é aplicável de forma excepcional ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica quando demonstrada a impossibilidade ou a dificuldade excessiva de apontar confusão patrimonial e desvio de finalidade.

Uma funcionária de uma empresa de logística cumpria jornada das 14h às 22h48, dispondo de apenas 15 minutos de pausa para refeição e descanso. Ao fim do contrato, a empresa comunicou a ruptura, imputando à funcionária a subtração de mercadorias do estoque – fato constatado e apurado no mesmo dia –, o que ela negou. Não lhe foram pagas as verbas rescisórias. Sem constituir advogado, ela ajuizou reclamação trabalhista, à qual a empresa, regularmente notificada, não compareceu.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 105** A não concessão integral do intervalo assegura à funcionária o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50%.
- 106** O período trabalhado pela funcionária após as 22h não enseja adicional noturno.

- 107** A validade da dispensa motivada depende da prova, pela empresa, da conduta imputada à funcionária.
- 108** A ausência da empresa reclamada à audiência, embora regularmente notificada, acarreta a presunção de veracidade dos fatos alegados pela funcionária, dispensando a produção de qualquer prova da parte da funcionária.
- 109** Ainda que atue sem advogado, a funcionária não poderá, ela própria, interpor recurso de competência do Tribunal Regional do Trabalho.

No que concerne às limitações constitucionais ao poder de tributar, julgue os itens seguintes.

- 110** É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
- 111** É inviável a extensão pelo Poder Judiciário de norma de desoneração tributária a título de isonomia.
- 112** Somente lei complementar federal pode estabelecer a forma como benefícios fiscais serão concedidos, sendo que a sua concessão deve se dar mediante lei complementar específica, federal, estadual ou municipal.

Acerca das entidades de fiscalização do exercício profissional e das contribuições a elas devidas pelos profissionais nelas inscritos, julgue os itens a seguir.

- 113** As anuidades possuem natureza tributária, qualificando-se como contribuições de interesse das categorias profissionais.
- 114** As anuidades não se sujeitam ao princípio da capacidade contributiva.
- 115** Na execução fiscal para cobrança das anuidades, o representante judicial da entidade faz jus à intimação pessoal dos atos processuais.

À luz da Lei nº 12.514/2011, julgue os itens a seguir.

- 116** Será impedido do cancelamento do registro, quando solicitado, o profissional que tenha valores em atraso com o CREF-15.
- 117** Estará impedido de exercer a profissão o profissional inadimplente com as obrigações junto ao CREF-15.
- 118** Caberá a cobrança de multa por parte do CREF, conforme determinado na legislação, ao profissional que infringir a ética.

Com base na Lei nº 12.197/2010 e no Regimento Interno (Resolução CREF-15/PI nº 38/2023), julgue os itens seguintes.

- 119** A prestação de contas aos registrados será apresentada trimestralmente pelo CONFEF e anualmente pelo CREF.
- 120** A cobrança da anuidade será processada de forma compartilhada ao CREF e ao CONFEF, sendo 1/5 do valor destinado à conta corrente do CONFEF.